

COMO DESCOLONIZAMOS O CAMPO DA MEMÓRIA?

um manifesto a favor da ampliação de referenciais epistemológicos no campo da memória

Brunna Assis Canes da Silva
Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
brunnacanespsi@gmail.com

Amanda Lagemann Moura
Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
amandalagemann@edu.unirio.br

Luísa de Mello Resende
Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
luisa.resende@edu.unirio.br

Pâmmela Silva Vieira Parreira
Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
pammelaparreira@edu.unirio.br

Introdução

O trabalho propõe a investigação da ausência de epistemologias transmodernas e mesmo decoloniais no circuito acadêmico relativos ao campo da Memória, denunciando o constante epistemicídio ou a hierarquização de saberes e conhecimentos de povos originários e afrodiaspóricos, tomados com frequência como “pré-científicos”.

Considerando que escolhas epistemológicas produzem possibilidades de leituras de mundo, e considerando que o debate dentro do campo da memória a respeito dos tensionamentos produzidos entre lembrança e esquecimento enquanto produtores de futuros é elementar, tomamos como ponto de partida o seguinte questionamento: o que não estamos vendo e o que estamos deixando de ver quando tomamos como nossos principais interlocutores aqueles sujeitos formados pelo norte global?

Fundamentação teórica

Esse trabalho é um projeto coletivo de três mestrandas e uma doutoranda, que durante seus diferentes percursos acadêmicos se deparam com uma questão similar: currículos eurocentrados, que em sua maioria ignoram os conhecimentos não-centrados na Europa. A partir dessas experiências acadêmicas surgiu, então, a necessidade de questionar os espaços de conhecimento e a própria prática educacional, culminando no presente trabalho. Combinamos nosso olhar pessoal com uma revisão bibliográfica

crítica, questionando a academia e reivindicando um espaço de saber mais plural e diversificado.

Para iniciar a discussão, trazemos as ideias de Grada Kilomba (2020), que em seu texto *“Memórias da Plantação”* aborda o apagamento intelectual que se reflete dentro do trabalho desenvolvido pelas universidades. Podemos chamar este fenômeno de epistemicídio, na medida em que o ambiente acadêmico é estruturado em cima de uma hierarquia rígida que se sustenta a partir de um modelo eurocêntrico e moderno de produção de conhecimento- marcado pela racialidade e pelo patriarcado, como também pelo apreço à objetividade e neutralidade.

A partir da ideia de um mundo fragmentado que se produz no contexto pós-moderno de culturas dissidentes da modernidade do Atlântico negro, Paul Gilroy (1993/2001) propõe que a escrita de relatos não-centrados na Europa seja benéfica para a construção de aspirações democráticas, as quais entendemos enquanto essenciais para a produção de conhecimento no âmbito acadêmico. No entanto, o autor nos lembra que "as reivindicações de conhecimento centrado na experiência, mediatizado, quando muito, por contribuição da vanguarda intelectual, simplesmente acabam substituindo o ponto de vista das mulheres negras por seu precursor enraizado nas vidas dos homens brancos" (Gilroy, 1993/2001, p.122). O autor nos abre caminho para pensarmos não só a questão de gênero, mas dos povos originários, afrodiáspóricos e afro-brasileiros.

Castro-Gomez, por sua vez, problematiza uma formação acadêmica hierarquizada de saberes e propõe um diálogo transdisciplinar, não uma “cruzada contra o Ocidente” (Castro-Gomez, 2007, p. 90). O autor reforça, assim, a ideia de que não se trata de excluir saberes construídos pela modernidade, mas propõe irmos além deles por meio de uma conjunção epistêmica. Tal movimento possibilitaria, conforme nos aponta Carvalho (2020) a discussão e mesmo a superação de questões como o sexismo, o racismo e as desigualdades no espaço acadêmico. Além disso, nos abre caminhos para pensarmos em atuações acadêmicas práticas, como a introdução de mestres e mestras dos povos originários, afro-brasileiros e afrodiáspóricos como transmissores de saberes nestes espaços a partir de iniciativas como o “Encontro de Saberes”, que foi inaugurado na Universidade de Brasília.

É importante frisar que neste trabalho não utilizaremos grupos específicos dos estudos decoloniais e antirracistas (como os subalternos, pós-coloniais e decolonias), uma vez que o que pretendemos é uma abertura a autores que possam dialogar entre si para uma epistemologia plural dentro do espaço acadêmico.

Desenvolvimento do tema

O processo colonial se perfez pela construção de uma ideia Universal de poder, saber e ser que operou a partir de mecanismos de exclusão que, como consequência, marginalizaram uma parcela de grupos produzidos enquanto subalternos e mesmo irrelevantes para o escopo de funcionamento da modernidade capitalista. O processo de colonização foi um fenômeno complexo, gerador, destruidor e ressignificador de subjetividades e culturas diversas, que parece estender seus compridos tentáculos até a contemporaneidade sem o menor constrangimento.

A modernidade como instituição de um modo totalmente novo de compreensão do mundo fomentou o universal pautado na imagem do homem branco europeu a ser difundido e decretado nas nações construídas sob a égide colonial. A Europa como normatização do padrão de civilidade, cultura e inteligência deixou toda a vida não europeia em um segundo plano, como uma espécie imperfeita, um Outro radical. Em nome de reforçar esse processo foi dado o início a medidas de controle que envolveram tanto o epistemicídio quanto o genocídio de povos variados.

Em outras palavras, os saberes e culturas diversas foram silenciados e mesmo aniquilados. Como Grada (2019, p. 42-23) bem nos aponta “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os

são também aquelas/es que 'pertencem' e aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que 'não pertencem'.

Dessa maneira, os efeitos coloniais, podem ser figurados quando negamos voz ao que é visto e definido como ruim, tememos o que não podemos entender por ser apresentado como completo divergente, negamos em nós características que entendemos como pejorativas, hierarquizamos determinados modos de ser e fazer.

Neste trabalho propomos evidenciar de que maneira os povos originários, afrodiaspóricos e afro-brasileiros tiveram seus signos linguísticos, culturais e epistêmicos apagados e reescritos como inferiores e/ou até errados. Sobretudo no que concerne ao campo da Memória social, campo epistemológico embriagado de autores considerados tradicionais cuja localidade e pontos de partida são eurocentrados ou do norte global.

Entretanto, a proposta inicial não é a de negar contribuições relevantes e já consolidadas, mas de transmodernizar o campo da Memória Social. Isso significa propor um diálogo transversal e contundente entre saberes e culturas diversas, a fim de produzir um campo mais enriquecedor e plural.

O silenciamento de autores não eurocentrados traduz-se na hierarquização de saberes e conhecimentos diversos, o que contribui para o estabelecimento da relação entre o que é verdadeiro e o que deve ser superado como um saber inferior. Como conclui Castro-Gomez (2007), é a separação da *doxa* e de uma episteme considerada como absoluta e verdadeira.

A aposta em autores que não contam as versões subalternizadas da Memória potencializa o apagamento de visões de mundo que não são hegemônicas. Como, então, podemos descolonizar o campo da Memória?

Ao traçar as primeiras metodologias para se entender o homem e a sociedade foi usado como premissa inicial o princípio evolucionista que compreendia que a cultura não era algo diferente para cada povo e sim uma mesma coisa que estaria em diferentes níveis de evolução. A sociedade teria uma gênese única, onde todos os grupos sociais em algum momento estariam em selvageria e gradativamente caminham para um modelo cultural entendido como civilizado. Compreendidos como selvagens serão os ameríndios, os africanos, os aborígenes e qualquer um que não fosse europeu, enquanto o modelo de civilização cultural seria a Europa. Um exemplo disso é que no século XIX, no processo de racionalizar esse encontro com o diferente, uma nova ciência humana foi desenvolvida, a Antropologia. Tal área nasce impregnada das ideias evolucionistas, com a perspectiva que o mundo europeu é o padrão normal universal de civilização e a partir desse lugar começa a tentar explicar e a sistematizar as causas dessas diferenças nos grupos sociais.

O projeto colonial não foi apenas uma realidade americana, como expresso anteriormente o mundo não europeu se viu colonizado e colapsado pelos europeus. A destruição de mundos é colonial, a construção de falsos mundos universais é colonial e pensar de modo decolonial é combater ativamente essa destruição, é buscar compreender o processo epistêmico ao qual estamos inseridos, resgatar saberes e dar espaço para que novos possam surgir.

É necessário que países que foram colonizados busquem maneiras de escapar de todo processo da falsa universalização, do desprezo pelos próprios saberes, da desvalorização de seus povos e suas línguas e compreender a origem da supervalorização do estrangeiro, como se vivessem em uma eterna dívida de servidão.

O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso [...] Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao

qual está ligado. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (Shiva, 2003, p. 22-23)

Entender que a identidade moderna foi construída e surge da necessidade de anular culturas em troca de benefícios monetários para justificar a desumanização e posterior objetificação do ser humano ajuda a compreender como certas identidades sofreram de um apagamento sistemático. Os desdobramentos dessa construção afetam toda a realidade pós-colonial, inclusive na transmissão dos saberes, que continua aprisionada na mão de referências brancas e europeias, desprezando os saberes produzidos pelos povos originários e afro diaspóricos. Nossos centros de conhecimento não refletem a realidade da nossa sociedade, continuam perpetuando currículos eurocentrados, que precisam ser revisados.

o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em sua subordinação absoluta ao *sujeito branco*. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os *objetos* “de discursos estéticos e culturais predominantemente *brancos*” (Hall, 1992, p. 252).

Grada (2019, p. 51) complementa a discussão quando aponta que

raras vezes fomos os *sujeitos*. Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar de “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade *negra*. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças ao sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

A partir da movimentação decolonial tensão entre lembrança e esquecimento próprio do campo da memória, começa a operar de outros modos, estamos em um movimento de lembrança, construindo novos alicerces para um novo ensino, que visa o respeito as identidades raciais, étnicas, tradicionais e a interação com territórios, redes e cotidianos comunitários. Focando em um olhar pessoal das estruturas, buscando soluções e conhecimentos dentro e não mais um espelhamento do externo.

Por isso, algumas pistas podem ser encontradas a fim de promover a descolonização do campo da Memória. A primeira delas é a produção de movimentos que abram espaço para o diálogo dos diversos saberes, seria produzir, dessa maneira, um campo transcultural, como o projeto proposto por Carvalho (2020) intitulado “Encontro de Saberes”. O projeto transcultural não implica excluir as epistemologias construídas pela ciência ocidental moderna, mas justamente ampliá-las. Um alerta que o autor compartilha conosco é o de que os saberes vão se relacionar de formas diversas. Em certos momentos, podem ser “equivalentes; em outros, serão saberes diferentes, porém complementares; ainda em outros casos, os saberes eurocêntricos e os tradicionais podem mostrar-se incompatíveis” (p. 97).

Uma segunda questão a ser posta é a da presença de mestres e mestras, que não são formados pela ciência ocidental moderna nos espaços acadêmicos, a fim de

que não só celebrem os saberes ancestrais, mas os transmitam, rompendo com a lógica de “objetividade” em contraponto à “afetividade”, do “científico” *versus* o “mítico”, o mesmo vale para a rigidez em produções escritas em detrimento das orais. Assim, alguma abertura pode ser produzida para que as memórias a serem contadas e transmitidas sejam aquelas que ficaram silenciadas e apagadas ao longo do tempo, uma vez que as memórias tomadas como oficiais sempre partem dos colonizadores. É preciso compreender a Memória para além dos binarismos já produzidos e tecer construções que busquem a compreensão da teia complexa que envolve as relações humanas e a própria relação com a memória.

Conclusões

Como discentes da pós-graduação, de formação interdisciplinar, observamos ao longo de nossa trajetória acadêmica a ausência desses autores euro descentralizados, e, a partir de uma breve análise bibliográfica observamos uma predominância de uma visão colonizadora e colonizada do saber. No entanto, o questionamento sobre como modificar essa realidade se torna essencial e entendemos como nossa a responsabilidade de trazer à luz, sob o recorte da memória, autores subalternos, decoloniais e contra coloniais. Sendo assim, propomos iniciar um movimento de sugestão e incremento de autores euro descentralizados em nossas discussões, a fim de ampliar as perspectivas e enriquecer o debate acadêmico. Para tanto, planejamos compilar uma coletânea de textos a serem produzidos por nós, autoras deste trabalho, que apresentem outras visões sobre a memória, incorporando as contribuições de autores como Spivak, Chimamanda, Mbembe, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro entre outros.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação, étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 79-106.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; 2007. p. 79-91.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.